

Os efeitos do protecionismo sobre a dívida externa

A ofensiva norte-americana contra o aço brasileiro é um exemplo expressivo dos problemas que enfrenta o atual modelo de negociação da dívida externa.

A Bethlehem Steel apresentou sua queixa à Comissão de Comércio Internacional, do governo norte-americano, reclamando dos prejuízos provocados pela importação de aço, tanto brasileiro quanto procedente de outros países, à revelia da postura e intenção da administração Reagan. Na verdade, a demanda instaurou-se no mesmo momento em que o Executivo norte-americano negociava com o Executivo brasileiro uma solução — a redução “voluntária” das exportações de aço — que deveria contornar as pressões protecionistas.

Engana-se, porém, quem entender deste episódio uma prova de fraqueza do atual governo norte-americano. A Bethlehem Steel, que será acompanhada de outros importantes produtores de aço, está apenas utilizando as prerrogativas de um sistema econômico voltado para a defesa de seus interesses básicos. O Execu-

tivo norte-americano simplesmente não pode, como ocorre em outros países, redefinir quais são esses interesses prioritários da nação, à revelia dos direitos estabelecidos.

É esta dimensão da discussão sobre o protecionismo que precisa ser levada em conta quando se quer fugir da simples retórica. Ninguém pode ser favorável às restrições comerciais, especialmente àquelas impostas sobre países em desenvolvimento, que ocupam espaço relativamente acanhado no comércio dos países desenvolvidos e para os quais estas vendas têm importância crucial. É no escopo deste tipo de legítima aspiração que se tem desenvolvido a discussão entre países ricos e pobres sobre comércio internacional nestes últimas décadas.

Os progressos em favor de uma maior liberalização do comércio internacional, como se sabe, têm sido lentos. Desde a deflagração da crise econômica internacional, em meados da década passada, sucessivas vezes o espírito antiprotecionista das re-

gras internacionais foi violado, sob a pressão, sem dúvida comprehensível, dos desempregados e das empresas em dificuldade nos países desenvolvidos.

Estas condições não foram alteradas e não há fórmulas mágicas, à disposição dos Executivos, capazes de eliminar a atitude autodefensiva destas nações em meio às incertezas econômicas. Por todas estas razões, é simplesmente irrealista montar uma equação para a crise financeira internacional apoiada exatamente numa extraordinária expansão dos saldos comerciais de grandes credores subdesenvolvidos. Ainda mais porque são estes credores mais expressivos os países de economia mais sofisticada, entre os mais pobres, e, em consequência, aqueles para os quais as exportações de produtos manufaturados são mais relevantes.

Para “controlar” a expansão da dívida externa, a partir dos requisitos montados pelos credores internacionais e por alguns países desenvolvidos, desde a crise de setembro de 1982, os principais devedores terão de gerar superá-

vits comerciais crescentes. Nesses dois anos e meio de crise, tais saldos foram produzidos por violento corte nas importações, o que significou recessão econômica, desemprego e tensão social.

Mesmo que houvesse por trás do “modelo” arquitetado para a dívida externa uma perversa intenção de manter os países endividados em permanente recessão, tampouco ele funcionaria. Hoje, são os próprios credores, e personalidades como o presidente do Banco Mundial, Alden Clausen, os que admitem que há um limite para a compressão das importações nestes países. Os necessários saldos comerciais teriam de surgir do aumento das exportações, mas isto exigiria maior flexibilidade por parte dos países desenvolvidos.

Se o Brasil não pode vender aço para os Estados Unidos também não poderia, teoricamente, pagar parte dos juros que deve aos bancos norte-americanos. Uma solução duradoura e estável para a questão da dívida não pode ignorar fatos deste tipo.